



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO

Número \_\_\_\_\_ / x ( \_\_\_ª)

PERGUNTA

Número 447 / x ( 1ª)

Expeça-se

Publique-se

27/11/2009

O Secretário da Mesa

Assunto: **Encerramento da Dirbelfleur, Jesufrei, Vila Nova de Famalicão**

Destinatário: **Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social**

*Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República*

Há mais de quatro meses que os 23 trabalhadores da Dirbelfleur, empresa dedicada ao comércio de flores, aguardam pela insolvência da empresa para recuperarem os créditos a que têm direito.

O quadro em que se processou o encerramento da empresa e o despedimento dos trabalhadores está marcado pela ilegalidade, má fé, caracterizado por alguns trabalhadores como uma falência fraudulenta. O proprietário da empresa não só não pediu judicialmente a insolvência, como tinha comunicado aos trabalhadores em Junho, como terá instalado, segundo dirigentes sindicais, no armazém da empresa uma outra empresa, a " Flores e Mensagens", onde continuaram a trabalhar, com novos contratos de trabalho, três dos trabalhadores despedidos.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Por que razão não houve intervenção fiscalizadora da ACT na averiguação das causas do despedimento? Que medidas estão indiciadas ou em curso para apurar a legitimidade do processo de encerramento da empresa e o desencadear dos correspondentes procedimentos judiciais? Como vão os trabalhadores ser ressarcidos dos créditos que ainda têm na empresa – dois meses de salários (Maio e Junho) e o subsídio de Natal de 2008?



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

2. Que avaliação tem o Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento da situação económico-financeira da empresa Dirbelfleur? Recebeu a empresa alguma ajuda pública? Qual a legalidade da instalação e funcionamento da «nova» empresa «Flores e Mensagens»?

Palácio de S. Bento, 26 de Novembro de 2009

Agostinho Lopes

Deputado